

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas  
com a agricultura**  
**Período de Análise: 01 a 31 de Janeiro de 2008.**  
**Área Temática: Política de crédito**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Janeiro de 2008

## Índice

|  |    |
|--|----|
| <b>Arrozeiros pedem recursos ao ministro</b> – Estado de São Paulo – Agrícola – 02/01/2008.  | 4  |
| <b>Surpreso, BB suspende crédito rural</b> - Geralda Doca – O Globo – Economia – 05/01/2008.....   | 4  |
| <b>Governo avalia impacto do IOF no seguro rural</b> – Gitânio Fortes – Folha de São Paulo – Dinheiro – 08/01/2008.....                  | 5  |
| <b>BB retoma concessão do crédito rural</b> – Folha de São Paulo – Dinheiro – 08/01/2008 ....  | 6  |
| <b>Banco do Brasil suspende linhas para financiamento</b> – Sítio Eletrônico da Contag - 07/01/2008.....                                 | 6  |
| <b>19 mil agricultores poderão ter o Pronaf suspenso</b> – Sítio Eletrônico da Contag - 08/01/2008.....                                  | 7  |
| <b>Banco do Brasil retoma concessão do crédito rural</b> – Sítio Eletrônico da Contag - 08/01/2008.....                                  | 7  |
| <b>Desconto para pagamento do Pronaf até o dia 15</b> – Sítio Eletrônico do MDA - 08/02/2008.....  | 8  |
| <b>Seguro para o campo fica livre da elevação do IOF</b> – Gitânio Fortes – Folha de São Paulo – Dinheiro – 09/01/2008.....              | 9  |
| <b>Promessa é dívida</b> – Valor Econômico – Agronegócios – 09/01/2008 .....   | 10 |
| <b>PGPAF cobre 770 mil operações do Pronaf</b> – Sítio Eletrônico do MDA - 10/01/2008...   | 10 |
| <b>Pronaf conta com novo prazo para quitar débitos</b> – Sítio Eletrônico do MDA - .....   | 12 |
| 11/01/2008.....  | 12 |
| <b>Cepea calcula impacto do IOF na atividade agrícola</b> – Valor Econômico – Agronegócios - 11/01/2008 .....                            | 12 |
| <b>Novas tecnologias para o financiamento da agricultura familiar</b> – Ricardo Abramovay – Valor Econômico – Opinião - 15/01/2008 ..... | 13 |
| <b>Segunda Quinzena</b>  |    |
| <b>Fornecedor de cana do NE volta a pedir apoio</b> - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios – 16/01/2008                    | 15 |

|  |    |
|--|----|
| <b>CONTRATAÇÃO DO SEGURO RURAL CRESCEU 95% EM 2007</b> - Katja Polisseni<br>– Sítio Eletrônico do MAPA – 17/01/2008  | 16 |
| <b>Seguro rural</b> – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 18/01/2008   | 16 |
| <b>Governo planeja melhorias para alavancar seguro rural no Brasil</b> - Fernando Lopes –<br>Valor Econômico – Agronegócios - 18/01/2008                                 | 17 |
| <b>Pronaf completa 13 anos em 2008</b> – Sítio Eletrônico do MDA - 22/01/2008  | 18 |
| <b>Secretário do MDA fala sobre os 13 anos do Pronaf</b> – Sítio Eletrônico da Contag -<br>23/01/2008  | 20 |
| <b>Mapa pede prorrogação de prazo para liquidação de dívida rural</b> - Sítio Eletrônico da<br>CNA – 24/01/2008  | 22 |
| <b>MAPA PEDE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA LIQUIDAÇÃO DE DÍVIDA<br/>RURAL QUE VENCE ATÉ MARÇO</b> – Sítio Eletrônico do MAPA – 24/01/2008                                    | 23 |
| <b>Bancos oficiais não poderão dar crédito a fazendeiro que desmata</b> - Tânia Monteiro,<br>João Domingos e Leonencio Nossa – Estado de São Paulo – Vida & - 25/01/2008 | 23 |
| <b>Por apoio no Congresso, governo renegocia dívidas com ruralistas</b> – Luciana Otoni –<br>Folha de São Paulo – Brasil – 25/01/2008                                    | 25 |
| <b>Governo adia decisão sobre rolagem de dívida agrícola</b> - Arnaldo Galvão – Valor<br>Econômico – Agronegócios - 25/01/2008   | 26 |
| <b>Crédito fácil do governo contribui com o desmatamento na Amazônia</b> - João Domingos<br>– Estado de São Paulo – Vida & - 26/01/2008                                  | 27 |
| <b>Esclarecimentos sobre dívidas rurais</b> – Sítio eletrônico da CNA – 28/01/2008   | 29 |
| <b>Banco do Nordeste cria superintendência para agricultura familiar</b> – Sítio Eletrônico<br>da Contag - 29/01/2008  | 30 |
| <b>Microcrédito: o mistério nordestino</b> – Marcelo Cortes Néri – Valor Econômico – Opinião<br>- 29/01/2008   | 30 |

## **Arrozeiros pedem recursos ao ministro** – Estado de São Paulo – Agrícola – 02/01/2008

Os produtores de arroz do Rio Grande do Sul enviaram, na semana passada, documento ao ministro da Agricultura, Reinold Stephanes, no qual solicitam a liberação de R\$ 800 milhões para o início da colheita, a partir de fevereiro. O objetivo é garantir a sustentação de preços e o apoio à comercialização, por meio de Empréstimos do Governo Federal (EGF) e Aquisições do Governo Federal (AGF). Segundo o presidente do Instituto Rio-Grandense do Arroz (Irga), Maurício Fischer, “na safra passada, a liberação dos recursos no início da colheita deu fôlego ao setor e esperamos que em 2008 isso se repita”.

## **Surpreso, BB suspende crédito rural** - Geralda Doca – O Globo – Economia – 05/01/2008

Empréstimos a agricultores, que eram isentos de IOF, vão ficar mais caros

BRASÍLIA. O Banco do Brasil foi pego de surpresa com o decreto do governo que incluiu os financiamentos agrícolas entre as modalidades oneradas com a cobrança do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) a uma alíquota de 0,38%. A instituição é o principal agente financeiro do crédito rural e tem uma projeção de empréstimos de R\$ 40 bilhões para a safra 2007/2008, dos quais apenas R\$ 15,6 bilhões já foram desembolsados. A decisão levou ontem o BB a suspender temporariamente todos os empréstimos ao campo, até então isentos da cobrança do imposto, para adaptação do sistema.

A previsão é que a situação seja normalizada somente no fim da próxima semana.

Segundo fontes do banco, os tomadores não serão prejudicados, porque as liberações estão em baixa, mas elas voltam a crescer em fevereiro, quando começam as safras nas regiões Norte e Nordeste e as chamadas safrinhas no Sudeste e no CentroOeste. Produtores dessas localidades terão um custo maior com os financiamentos. Eles também não poderão mais usar um artifício para fugir da antiga CPMF, que consistia em pedir ao banco para liberar o dinheiro direto ao fornecedor.

Na compra de um trator, por exemplo, em um empréstimo de R\$ 100 mil, o produtor poderia economizar R\$ 380 com a transferência direta dos recursos.

Agora, não pode mais, porque o IOF incide diretamente nas operações financeiras. O valor será cobrado a cada liberação das parcelas do empréstimo.

O Bradesco é outro banco forte no segmento, operando com recursos próprios, mas, procurado, não quis se manifestar sobre os possíveis impactos da medida.

Produtores devem repassar custo para consumidor No caso do Banco do Brasil, os juros são subsidiados pelo Tesouro Nacional. Na safra anterior, o BB liberou R\$ 33 bilhões em créditos agrícolas, sendo R\$ 3 bilhões para a agricultura familiar.

A instituição não quis se pronunciar oficialmente sobre o novo imposto. Fontes disseram que não está claro se a cobrança vai incidir também sobre o seguro agrícola, uma aposta do banco para expandir o crédito no segmento.

Representantes da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) criticaram a decisão do governo e afirmaram que o custo deverá ser repassado ao consumidor.

A taxação, segundo eles, é um desestímulo ao setor.

— É um absurdo. Na realidade, quem vai pagar a conta é o coitado do consumidor.

Inevitavelmente, os custos serão repassados e, mais uma vez, o governo vem tirar do setor agrícola, que é quem dá rentabilidade ao governo via exportações — afirmou Antenor Nogueira, presidente do Fórum Nacional de Pecuária de Corte da CNA.

— Alguém vai ter de arcar com isso. Teremos um ônus a mais e somos a parte mais fraca da cadeia produtiva. A rede varejista e a indústria sempre fazem as suas imposições — disse o presidente da Comissão Nacional de Pecuária Leiteira da CNA, Rodrigo Alvim, dando a entender que o repasse do custo adicional não será fácil.

**Governo avalia impacto do IOF no seguro rural** – Gitânio Fortes – Folha de São Paulo – Dinheiro – 08/01/2008

### **Ministério da Agricultura prepara estudo sobre efeitos da taxaço na utilização de apólices no campo**

O Mapa (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) deve finalizar nesta semana estudo sobre o impacto da cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras no seguro rural, que era isento até o começo do ano. Agora, alíquota de 0,38% de IOF passa a incidir sobre novas apólices agrícolas, pecuárias, aquícolas e projetos de floresta. "É um assunto urgente", afirma Eustáquio de Sant'ana, coordenador-geral de Seguro Rural do Departamento de Gestão de Risco Rural da Secretaria de Política Agrícola do Mapa. A coordenação prepara dados sobre o assunto para entregar ao ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes.

"Como o seguro rural é subvencionado, seria incongruência taxá-lo", afirma Múcio Novaes, presidente do Sindicato das Seguradoras do Norte e Nordeste. Em nota, a Fenaseg (Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização) afirma que o mercado segurador como um todo recebeu com apreensão a medida de elevação do IOF, que chegou a uma série de segmentos.

Em 2006, depois de dois anos consecutivos de queda, os prêmios de seguros rurais avançaram R\$ 60,7 milhões -de R\$ 28,1 milhões para R\$ 88,8 milhões. Um crescimento alto, de 216%, mas que representa pouco diante de países desenvolvidos, que contam com cobertura ampla para a produção.

Naquele ano, quando engrenou o programa oficial de apoio ao seguro rural, as subvenções somaram R\$ 31,1 milhões. Em 2007, elas chegaram a R\$ 61 milhões -O Orçamento previa oferta de R\$ 99,5 milhões. A soja, com quase 50% da área com seguro, foi a lavoura mais segurada com apoio do governo.

Para 2008, a proposta original do Ministério da Agricultura prevê R\$ 200 milhões de subvenção ao seguro rural. Há dúvidas se haverá alguma perda pelos cortes no Orçamento que o governo anunciou como necessários pelo fim da CPMF.

Mesmo que esse valor se confirme, "esse seguro [rural] já é oneroso demais", afirma Telmo Heinen, diretor-executivo da Abrasgrãos (Associação Brasileira dos Produtores de

Grãos). Por isso, segundo ele, nem tudo o que o governo oferece como subvenção é captado integralmente pelo mercado.

O "custo" do seguro cresce, pois os agentes financeiros costumam trabalhar com médias de produtividade diferentes para os enquadramentos em seguro e custeio, afirma Heinen. Dessa forma, a adesão permanece aquém do que se espera. O 0,38% do IOF pega toda a área de crédito rural, que também era isenta.

"Essa taxaço praticamente dá 3% ao ano", afirma Cesário Ramalho, presidente da Sociedade Rural Brasileira. "O IOF supera a reduço da taxa básica do crédito rural, que passou de 8,75% para 6,75% em 2007."

#### **BB retoma concessão do crédito rural – Folha de São Paulo – Dinheiro – 08/01/2008**

O BB (Banco do Brasil) retomou a concessão de crédito rural e outros financiamentos em que o governo passou a cobrar IOF de 0,38%. As operações foram suspensas na sexta-feira, para o BB incluir o imposto no sistema operacional. Apenas duas modalidades de crédito rural ainda estão suspensas, mas o banco estima que sejam retomadas hoje: a linha com recursos do Pronaf e com desconto de notas promissórias.

#### **Banco do Brasil suspende linhas para financiamento – Sítio Eletrônico da Contag - 07/01/2008**

O aumento das alíquotas de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) sobre crédito, seguros e câmbio obrigou o BB (Banco do Brasil) a suspender a concessão de crédito rural e de todas as outras linhas de financiamento que tinham alíquota zero do tributo. O banco justificou que teve que mexer no sistema operacional para acrescentar o imposto que até agora não era cobrado.

Também foram afetadas as operações com crédito do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e as linhas do Finame (Financiamento de Máquinas e Equipamentos).

O BB estima que a concessão de crédito será retomada até sexta-feira. Segundo a assessoria de imprensa, amanhã algumas modalidades de empréstimos rurais já estarão disponíveis. O BB, responsável por 65% do crédito agrícola no Brasil, garante que a parada na concessão de empréstimos por uma semana não vai afetar o calendário agrícola do país, já que em janeiro o volume de crédito concedido é baixo.

Duas linhas de crédito agrícola que não tiveram aumento de IOF estão funcionando normalmente: as feitas com recursos dos fundos regionais e as de financiamento fundiário, para reforma agrária. \*Fonte: Folha de S. Paulo

## **19 mil agricultores poderão ter o Pronaf suspenso – Sítio Eletrônico da Contag - 08/01/2008**

O governador em exercício do Piauí, Wilson Martins, convocou reunião para tratar da inadimplência no Pronaf no estado. Um total de 11 mil famílias (no Banco do Nordeste) e 8 mil (no Banco do Brasil) estão com os créditos no vermelho junto ao Pronaf. Segundo o superintendente do Banco do Nordeste, José Agostinho de Carvalho Neto, cerca de 108 municípios dos 223 existentes em Estado estão com débitos atrasados.

"Pela resolução do Ministério do Desenvolvimento Agrário, os municípios que possuem taxas de inadimplência acima de 15% e pelo menos 50 operações em atrasos terão as linhas de créditos suspensas", informou Agostinho Neto.

Ele disse que atualmente o Pronaf chegou à marca das 200 mil operações de créditos. Em 2008, está previsto um investimento de R\$ 127 milhões em todo o Piauí. Segundo o superintendente, existem mecanismos de recuperação de crédito e os agricultores não serão penalizados.

As informações foram divulgadas durante reunião no Palácio de Karnak, que contou com representantes dos bancos, Fetag/PI, Delegacia do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Secretaria de Desenvolvimento Agrário. O superintendente do Banco do Brasil, Euzivaldo Vivi Oliveira Reis, disse que nos cadastros do banco cerca de 8 mil agricultores e agricultoras estão como devedores. O banco é responsável por 115 mil operações do crédito. "A inadimplência está a 8,11% e a nossa meta é até o final do mês chegar a 3%", afirmou.

O que deve fazer o município que tem operação suspensa? O município que tiver operação suspensa deverá elaborar um Plano Municipal de Aplicação e Recuperação das Operações do Grupo "B" do Pronaf - PMAR. O PMAR será elaborado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS ou, na sua ausência, por Comissão criada para essa finalidade desde que conte com representação paritária da empresa de assistência técnica e extensão rural, da representação dos agricultores familiares e do Poder Público municipal.

## **Banco do Brasil retoma concessão do crédito rural – Sítio Eletrônico da Contag - 08/01/2008**

O BB (Banco do Brasil) retomou a concessão de crédito rural e outros financiamentos em que o governo passou a cobrar IOF de 0,38%. As operações foram suspensas na sexta-feira (4), para o BB incluir o imposto no sistema operacional. Apenas duas modalidades de crédito rural ainda estão suspensas, mas o banco estima que sejam retomadas hoje (8): a linha com recursos do Pronaf e a com desconto de notas promissórias.

**\*Fonte:** Folha de S. Paulo

**Desconto para pagamento do Pronaf até o dia 15** – Sítio Eletrônico do MDA - 08/02/2008

Os agricultores familiares que quitaram em dia as parcelas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em contratos para investimento – mas estritamente as parcelas vencidas em 31/12/2006 – têm prazo até a próxima sexta-feira (15) para pagar com desconto (bônus de adimplência) financiamentos que venceram no último mês de dezembro. O percentual dos abatimentos (ou rebates, como eles são conhecidos) é variável: de 10% para o grupo B e de 18% para as demais linhas de investimento do Pronaf.

As decisões foram formalizadas pelas Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.496 e 3.497, de agosto de 2007, e nº 3.523, de dezembro do ano passado. De acordo a Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), o prazo estabelecido para que os agricultores familiares se beneficiem do bônus não será prorrogado.

As condições:

1. Para os agricultores que fizerem o pagamento parcial, o bônus valerá sobre a parcela que está sendo paga.

2. O desconto só vale para pagamentos superiores a 15% do total da parcela a ser paga.

3. No caso de pagamento superior a 50% da parcela, será aplicado sobre o valor que está sendo pago desconto de 10% para o grupo B e de 18% para os grupos A, C, D e E do Pronaf, mais as linhas Agroindústria, Floresta, Agroecologia, Mulher, Jovem e Semi-árido.

4. Nessa situação descrita acima, ainda poderá ser concedida a prorrogação do saldo restante para até um ano após o vencimento da última parcela.

5. Nos pagamentos entre 15% e 50% da dívida, será concedido bônus de 5% sobre o valor total das parcelas de 2007 e, também, permitida a prorrogação do valor restante para até um ano após o vencimento da última prestação.

6. Os descontos são cumulativos aos bônus de adimplência contratualmente assegurados nos grupos A e B.

Segundo o diretor de Financiamento e Proteção da Produção Agrícola da SAF/MDA, João Luiz Guadagnin, os agricultores familiares que se enquadram nas condições estabelecidas pelo CMN devem procurar de imediato os bancos. Ele alerta que a proximidade da data final de pagamento pode aumentar a demanda por atendimento.



**Seguro para o campo fica livre da elevação do IOF** – Gitânio Fortes – Folha de São Paulo – Dinheiro – 09/01/2008

**Segmento permanece isento do imposto, diferentemente de operações do crédito rural, que passaram a pagar 0,38% neste mês**

DA REDAÇÃO - A elevação do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), que causa apreensão entre as seguradoras, não vai atingir as apólices para o campo, que permanecem isentas, diz Wellington Soares de Almeida, diretor do Departamento de Gestão de Risco Rural da Secretaria de Política Agrícola do ministério.

Segundo Almeida, houve equívoco na divulgação da medida na semana passada, quando se incluiu o seguro na elevação que afetou operações do crédito rural, que eram isentas e passaram a ter cobrança de 0,38% de IOF a partir deste mês. Algo semelhante ocorreu com as operações interbancárias de câmbio.

A receita com o pagamento de apólices de seguro rural cresceu 42% em 2007, informou a Superintendência de Seguros Privados. O valor chegou a R\$ 126,1 milhões. Para este ano, o Mapa (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) prevê nova alta.

O ministério liga o avanço do seguro rural às subvenções oficiais, que engrenaram em 2006. Em 2007, da oferta de R\$ 99,5 milhões, foram utilizados R\$ 61 milhões, apontam dados preliminares do governo.

Para o Orçamento de 2008, o Mapa incluiu previsão de R\$ 200 milhões de subvenção. No próximo mês, deve começar a se definir se esses recursos serão afetados pelos cortes que o governo anunciou como necessários pelo fim da CPMF.

De 1995 a 2005, o seguro no campo causou prejuízo da ordem de R\$ 220 milhões, o que fez com que várias companhias deixassem de operar na área. O programa de subvenções ajudou a frear esse movimento.

O Mapa calcula que, em 2007, a importância segurada no campo tenha chegado a R\$ 2,6 bilhões, correspondendo a uma área de 2,157 milhões de hectares -4,7% da área plantada. Esse número é pequeno em relação ao total segurado em países como a Espanha (de 80% a 90%) e os EUA (80% a 85%). \* **GITÂNIO FORTES**

### **Promessa é dívida – Valor Econômico – Agronegócios – 09/01/2008**

O deputado Marcos Montes (DEM/MG), presidente da Comissão de Agricultura da Câmara, reúne-se hoje com José Múcio Monteiro, ministro de Relações Institucionais, para reforçar as gestões da bancada ruralista em busca de um acordo para as dívidas globais do setor, estimadas em R\$ 40 bilhões. Em companhia do deputado Homero Pereira (PR/MT), Montes (foto) lembrará ao ministro que existe um compromisso formal do governo em apresentar uma proposta de repactuação até 31 de março.

### **PGPAF cobre 770 mil operações do Pronaf – Sítio Eletrônico do MDA - 10/01/2008**

O Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF) é uma política pública que assegura às famílias agricultoras descontos no pagamento dos financiamentos do crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) quando os preços de venda dos produtos incluídos no programa estejam baixos. A coordenadora de financiamento e proteção da produção rural da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), Letícia Mendonça, explica que esse bônus de desconto é equivalente à diferença entre o custo de produção (preço de garantia) e o de comercialização (de mercado) e possibilita que as famílias vendam a sua produção ao mercado e consigam assim pagar o financiamento sem se endividar.

1. Por que surgiu a necessidade de criar o Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF)?

Letícia: As políticas agrícolas eficientes, voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar, devem atuar em vários âmbitos. São necessários instrumentos específicos para fomento e apoio à produção, assistência técnica, instrumentos de seguro, assim como instrumentos de apoio à comercialização. No atual governo, ampliar o âmbito de atuação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) tem sido uma meta a ser alcançada. Além do forte crescimento do crédito Pronaf, que passou a atender cerca de 1,7 milhão de famílias e aplicar R\$ 8,5 bilhões na safra 2006/2007, outras ações começaram a ser, então, estruturadas. Na safra 2003/2004, foram criadas a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), fundamentada em uma assistência à produção com bases agroecológicas, e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), fornecendo apoio à comercialização de vários produtos da agricultura familiar. Na Safra 2004/2005, foi a vez do Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), que passou a proteger a produção das perdas climáticas e garantir uma renda mínima às famílias atingidas. Com todos esses instrumentos criados ainda faltava um mecanismo que protegesse a agricultura familiar dos riscos de flutuação de preços de mercado e do conseqüente endividamento e descapitalização. Daí a necessidade de criação do PGPAF.

2. O que está assegurado pelo Programa?

Letícia: O Programa cobre as operações de crédito de custeio do Pronaf relativas a onze produtos: arroz, café, cará, castanha de caju, feijão, inhame, leite, mandioca, milho, tomate, soja. Anualmente, o governo estabelece um preço de garantia para cada produto. O preço de garantia tem como base o custo de produção daquele produto. Quando o preço de mercado da cultura financiada for menor que o preço de garantia estabelecido pelo programa, a diferença percentual entre os dois valores é transformada em um bônus equivalente, o qual é descontado do financiamento contratado. Interessante é que a família

agricultora não precisa fazer nada para aderir ao Programa. Basta ir ao banco e, no momento de pagar o financiamento de custeio do Pronaf, caso haja bônus para o seu produto naquele mês, esse valor será automaticamente descontado da sua dívida e, o que sobrar, é o que efetivamente será pago para famílias agricultoras.

3. Como é feita a escolhas das culturas?

Letícia: Até o ano de 2007, o PGPAF garantia cobertura aos financiamentos de custeio das culturas do arroz, feijão, mandioca, milho, soja e leite. Naquele momento inicial, a escolha buscou contemplar tanto as culturas mais financiadas pela agricultura familiar como aquelas com importância para garantir a segurança alimentar. A partir de 2008, ampliamos os produtos assegurados e incluímos as culturas do café, caju, inhame, tomate e cará, que são significativas especialmente para agricultura familiar das regiões Norte, Nordeste e Sudeste. Dessa vez, o principal critério para introdução de novas culturas no programa foi garantir maior cobertura aos financiamentos daquelas regiões. Atualmente, o PGPAF está assegurando 86% dos contratos de custeio do Pronaf.

4. Todo o mês as culturas incluídas no PGPAF poderão ter bônus?

Letícia: Isso depende do comportamento dos preços de mercado. No ano de 2007, as culturas do feijão e arroz tiveram pagamento de bônus em alguns meses do ano. Por outro lado, em nenhum mês foram registrados bônus para soja e mandioca, também cobertos pelo programa. Tudo depende do comportamento dos preços agrícolas. O importante é que a família agricultora saiba que se, no momento da venda do seu produto, esse estiver abaixo do preço de garantia assegurado pelo governo, ela terá direito ao bônus e poderá vender sua produção no mercado e com essa renda não enfrentará dificuldades de quitar seu financiamento e, por conseguinte, de acessar novos créditos do Pronaf.

5. Como está sendo a receptividade dos agricultores ao Programa?

Letícia: Hoje, são cerca de 770 mil operações de custeio do Pronaf cobertas pelo PGPAF. Isso tem dado mais segurança às famílias para produzir e diminuído as possibilidades de inadimplência por problemas de queda nos preços. Muitas vezes as famílias acabavam se desfazendo de parte do capital que acumularam para poder quitar os seus financiamentos, pois apenas a venda do produto não garantia renda suficiente. Com o PGPAF isso mudou. Os movimentos sociais analisam o programa de forma muito positiva.

6. O que se estuda para aperfeiçoamento e avanços do PGPAF ?

Letícia: O grau de cobertura é elevado, mas estamos estudando a introdução de novas culturas e, até mesmo, a possibilidade de ampliação do programa para novas modalidades do crédito Pronaf. Acreditamos que o PGPAF tende mesmo a crescer e se consolidar como um importante instrumento de política agrícola para fortalecimento da agricultura familiar brasileira.

**Pronaf conta com novo prazo para quitar débitos – Sítio Eletrônico do MDA - 11/01/2008**

Foi prorrogado para 15 de fevereiro o prazo para que agricultores familiares e assentados da reforma agrária quitem as parcelas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e, assim, recebam o abatimento no valor das prestações. A prazo anterior era 17 de dezembro de 2007.

A nova data foi estabelecida pelo Banco Central, por meio da Resolução nº 3523, publicada no Diário Oficial da União no dia 20 de dezembro. Com a quitação dos débitos, os agricultores familiares ficam aptos a acessar os recursos do Plano Safra 2007/2008. A medida é válida para as operações de investimento que estavam adimplentes até 31 de dezembro de 2006 e para as parcelas com vencimento em 2007.

As famílias que acessaram os créditos do grupo B do Pronaf terão direito a um bônus de 10% sobre o pagamento integral da parcela de 2007 a ser quitada até a nova data estipulada. Nos demais grupos e linhas de crédito, o desconto será de 18% para o pagamento integral das parcelas.

Os beneficiários que pagarem mais de 50% da parcela e prorrogarem o restante para até um ano após o vencimento da última prestação também poderão ter acesso ao bônus sobre o valor pago. Já os que pagarem entre 15% e 50% e prorrogarem o restante terão direito a um bônus de 5% sobre o valor total da parcela de 2007. As operações serão mantidas em condição de normalidade até a nova data de 15 de fevereiro e as famílias devem comparecer ao banco para renegociar.

**Cepea calcula impacto do IOF na atividade agrícola – Valor Econômico – Agronegócios - 11/01/2008**

O segmento primário da agropecuária brasileira ("da porteira para dentro") deverá responder por pelo menos 2,6% do previsto aumento de arrecadação decorrente das mudanças envolvendo a cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Com as alterações, adotadas no início do ano para aliviar a perda de receita derivada do fim da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), a agropecuária passará a pagar IOF (taxa de 0,38%) nas operações de crédito rural.

Calculado por Geraldo Sant'Ana de Camargo Barros, professor titular da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (Esalq), da USP, o impacto no campo admite que a arrecadação adicional alcançará, no total, R\$ 8 bilhões, como espera o governo. Barros também estima um volume de crédito concedido pelo sistema oficial de R\$ 44 bilhões (média das últimas safras), abaixo dos R\$ 58 bilhões à disposição da agricultura empresarial nesta temporada 2007/08.

Sobre os R\$ 44 bilhões, observa o professor, é possível antever uma arrecadação com IOF de cerca de R\$ 170 milhões por ano. Se forem incluídas as operações oficiais com Cédulas do Produto Rural (CPRs) - R\$ 9 bilhões por safra na equação montada por Barros -, até agora isentas, seriam mais R\$ 35 milhões. E se as operações informais ("de gaveta") com CPRs também passassem a pagar o imposto (R\$ 40 bilhões), outros R\$ 150 milhões por ano seriam arrecadados.

"Um aspecto relevante da alteração no IOF sobre a agropecuária decorre do fato de ela vir em direção contrária aos pleitos do setor no tocante à redução do custo do crédito

rural. Ainda em junho, os encargos haviam sido reduzidos de 8,75% para 6,75% ao ano, como parte do novo Plano Safra. A inclusão de 0,38% nesse custo representa perda de 19% do alívio que o setor havia, a duras penas, conseguida", afirma o professor em artigo divulgado pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), braço da Esalq do qual é coordenador científico.

Mesmo sem o IOF, estima, a agropecuária brasileira (atividade primária) já contribuía com 4% - ou R\$ 22 bilhões anuais - de uma carga tributária total de R\$ 550 bilhões (36% do PIB nacional, nas contas do professor). Segundo ele, a fatia corresponde a um ônus de 13% do PIB do segmento. "Além disso, o restante do agronegócio (agroindústria e distribuição) arca com cerca de R\$ 80 bilhões, ou cerca de 20% do PIB desses segmentos. Em seu todo, portanto, o agronegócio recolhe R\$ 103 bilhões, ou 18% do seu PIB, para o fisco".

### **Novas tecnologias para o financiamento da agricultura familiar** – Ricardo Abramovay – Valor Econômico – Opinião - 15/01/2008

O Brasil é hoje o único país em que bancos comerciais pertencentes ao Estado fazem empréstimos a agricultores vivendo próximo à linha de pobreza, não apenas com base em recursos do Tesouro e apoiados em importantes subsídios, mas com garantias que isentam as organizações financeiras de qualquer risco. Subsídios nas taxas de juros são praticados de forma mais ou menos freqüente em diversos programas da União Européia, da África, em países asiáticos, além de outras nações latino-americanas. Bancos estatais estão presentes de maneira massiva nas atribuições de crédito na Índia e na Indonésia. Esta presença pode ser direta ou por meio do repasse de recursos públicos a organizações não governamentais, como ocorre na Índia. Mas o Brasil é o único caso em que, além de se apoiar em fundos públicos e em recursos do Tesouro, os empréstimos são concedidos com base na garantia de que o Estado cobrirá os prejuízos decorrentes de seu eventual não pagamento.

O resultado é que pela primeira vez em sua história, a partir do ano 2000, populações rurais desprovidas de patrimônio e garantias bancárias, nas localidades mais pobres do país, tiveram, de forma massificada, acesso ao crédito. Dos 4,2 milhões de agricultores familiares brasileiros, cerca de dois milhões recebem financiamentos bancários, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf. Destes, quase metade inclui-se entre os segmentos mais pobres do setor. São, muitas vezes beneficiários do Bolsa Família e seus créditos chegam a R\$ 1,5 mil a cada dois anos.

A contrapartida desta massificação, porém, no caso brasileiro, é um preocupante e crescente nível de inadimplência. A tal ponto que a Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário publicou, ao final de 2007, a portaria 105, determinando a suspensão de novos financiamentos em todos os municípios em que os atrasos de pagamento superam 15% dos contratos e onde haja, ao mesmo tempo, mais de 50 contratos atrasados. Nestes municípios, somente poderão receber crédito aqueles agricultores que estão com suas contas em dia junto ao sistema bancário ou aqueles cujos financiamentos sejam atribuídos por meio de novas tecnologias de empréstimo levadas adiante tanto pelo Banco do Brasil como pelo Banco do Nordeste.

---

## **Pela primeira vez na sua história, populações rurais desprovidas de patrimônio e garantias bancárias tiveram, de forma massificada, acesso ao crédito**

---

Mas será que a recuperação dos créditos atrasados (e, com ela, a salvação daquele que é certamente o mais importante programa brasileiro voltado à geração de renda para os mais pobres) é compatível com a manutenção das garantias que o Tesouro oferece e que isentam de risco os agentes financeiros? É claro que se os bancos respondessem pela inadimplência - como o fazem em suas operações comerciais correntes - ela seria irrisória. No entanto, a inclusão do risco bancário eliminaria a possibilidade de famílias pobres receberem empréstimos e, portanto, fecharia um dos poucos caminhos para ampliar sua capacidade de geração de renda.

Será que é inevitável o confronto entre a saúde do sistema financeiro (e das contas públicas) e o atendimento de necessidades econômicas básicas dos mais pobres? A presença do Estado na construção de um sistema financeiro voltado ao atendimento das necessidades dos mais pobres tem fatalmente como resultado a inadimplência generalizada?

Três iniciativas recentes permitem certo grau de otimismo na resposta a esta pergunta. A primeira vem dos próprios bancos estatais. Banco do Brasil e Banco do Nordeste estão introduzindo novas modalidades de empréstimo cuja característica central é a aplicação das tecnologias do microcrédito ao Pronaf. Até aqui, os recursos eram atribuídos aos agricultores como tradução de um direito incontestável, resultante de sua condição de pobreza. Que este direito prevaleça no acesso à saúde, à educação e mesmo ao Bolsa Família, nada mais justo. Mas quando se trata de crédito, o acesso não pode basear-se apenas na idéia de que se está pagando uma dívida social. Qualquer sistema de crédito supõe mecanismos que transmitam informações sobre a qualidade dos projetos e a disposição a pagar dos que tomam os recursos. Isto simplesmente não existia até agora. No caso do Banco do Nordeste, a introdução recente da figura do assessor de crédito, no âmbito do Agroamigo, permite que cada agricultor seja visitado antes de assinar seu contrato. O assessor de crédito é um técnico agrícola da região em que trabalha e que conhece a comunidade. Passa a existir um compromisso de pagamento da dívida que não se estabelece com uma instituição abstrata e longínqua (o banco), mas sim no âmbito de uma relação de reciprocidade entre quem atribui e quem recebe o financiamento. Existente já há dois anos, os primeiros resultados do Agroamigo, em termos de pagamentos das dívidas, mostram-se promissores.

A segunda iniciativa é o esforço de mobilização local para reverter a cultura da inadimplência, freqüentemente fortalecida por lideranças políticas e até por movimentos sociais. É uma cultura destrutiva, embora, muitas vezes, rentável sob o ângulo político e eleitoral.

A terceira iniciativa é decisiva: os que julgarem possível perpetuar suas dívidas terão seus nomes incluídos na dívida ativa da União. Pela primeira vez, o não pagamento de dívidas terá conseqüências sobre a organização da vida cotidiana, mesmo de populações pobres.

O sucesso destas três iniciativas depende de sua aplicação conjunta. Não se trata simplesmente de construir "instituições corretas" que sinalizem aos indivíduos punições por conduta inadequada. O importante é que os indivíduos sejam igualmente motivados ao cumprimento de seus compromissos e possam inserir o recebimento dos recursos do Pronaf num universo local que, para eles faz sentido. Ao mesmo tempo, porém, se não houver a

clara sinalização de que a inadimplência será punida, a construção das finanças de proximidade - e, em última análise, o próprio Pronaf - estarão fortemente questionados. A grande dúvida é saber se estas mudanças políticas poderão ser levadas adiante em pleno ano eleitoral. É um teste de maturidade ao qual estão expostos não apenas o governo e o Congresso Nacional, mas os próprios movimentos sociais que fizeram do Pronaf um patrimônio da sociedade brasileira.

**Ricardo Abramovay é professor titular do departamento de Economia da FEA e pesquisador do CNPq. [www.econ.fea.usp.br/abramovay/](http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/)**

**Fornecedor de cana do NE volta a pedir apoio** - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios – 16/01/2008

Os fornecedores de cana do Nordeste vão se reunir no dia 23, em Brasília, para pedir ao governo medidas de apoio ao segmento, entre eles, o Pepro (Prêmio Equalizador Pago ao Produtor). Segundo Renato Cunha, presidente do Sindicato das Indústrias de Açúcar e Alcool de Pernambuco (Sindaçúcar/PE), este programa, se autorizado, reduziria o impacto negativo do fim do programa de equalização da cana, que ajudava a região Nordeste e que foi extinto já há seis anos.

Depois de insistir na retomada do programa de equalização, que foi criado para suprir a diferença dos custos de produção do Nordeste com o centro-sul do país, o Sindaçúcar decidiu por um "plano B" para levantar recursos de apoio à atividade. "Se o Pepro for aprovado para cana, esses recursos poderiam ajudar os fornecedores a financiar os insumos para o plantio da nova safra", afirmou Cunha. O Pepro garante preços mínimos aos produtores e tem beneficiado sobretudo os cafeicultores. A região Nordeste conta com cerca de 20 mil fornecedores de cana.

Nesta safra 2007/08, que ainda está em andamento na região, a produção está estimada em 59 milhões de toneladas, um crescimento de 7,2% sobre o ciclo 2006/07. Até o dia 1º de janeiro, as usinas nordestinas processaram cerca de 39 milhões de toneladas de cana, segundo estimativas preliminares de Cunha.

A produção de açúcar no Nordeste deve ficar em 4,43 milhões de toneladas, um aumento de 5,4% sobre 2006/07. A oferta de álcool ficará em 1,92 bilhão de litros, alta de 7,8% em relação à safra passada. Assim como acontece no centro-sul, a safra da região está mais alcooleira.

O clima no Nordeste está favorável à colheita e as boas condições também beneficiam o próximo ciclo. No Nordeste, a colheita começa a partir de setembro e vai até abril. Alagoas e Pernambuco são os maiores produtores da região.

**CONTRATAÇÃO DO SEGURO RURAL CRESCEU 95% EM 2007 - Katja Polisseni**  
– Sítio Eletrônico do MAPA – 17/01/2008

**Brasília (17.01.08)** - O Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural cresceu 95% em 2007, com comprometimento de R\$ 60,9 milhões. O montante aplicado pelo Governo no programa dá cobertura para uma área de 2,3 milhões de hectares e garante capital da ordem de R\$ 2,7 bilhões. Do total contratado, 75% foram destinados a quatro estados: Paraná, com participação de 37%; Rio Grande do Sul, responsável por 14% das contratações; São Paulo, com 13%, e Santa Catarina, com 12% do total.

O Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Edilson Guimarães, considera que, embora o nível de contratação ainda esteja abaixo do almejado, já se pode considerar o Seguro Rural como importante instrumento de garantia de renda do produtor. Ele explica que qualquer cultura pode ser segurada e que o Programa de Subvenção abrange 45 culturas. As principais culturas beneficiadas pelo Seguro Rural em 2007 foram soja, com 46% do total contratado, maçã, com 18% e milho, com 14%.

O crescimento do Seguro Rural é uma das metas do Mapa, por isso, a proposta orçamentária de 2008 prevê R\$ 200 milhões para o Programa de Subvenção, o dobro do aprovado para 2007. “Desde 2006 temos feito uma série de ações que visam estimular a contratação deste tipo de garantia. Incorporar o Seguro Rural na cultura do produtor rural brasileiro é um dos nossos desafios”, afirmou o secretário. Entre essas ações, destaca-se a elevação dos percentuais de subvenção de várias culturas, em 2007. Todos os produtos que contavam com 30% de subvenção tiveram esse percentual elevado para 40% e o percentual de subvenção para maçã e uva foi elevado de 40% para 50%.

Também foi importante, em 2007, a regulamentação da Lei Complementar nº 126, que abriu o mercado brasileiro aos resseguradores internacionais. Essa abertura traz perspectivas de crescimento das operações de Seguro Rural e do ingresso, no Brasil, de novas tecnologias aplicadas ao setor securitário. Além disso, a abertura aumenta a concorrência, o que deve estimular as seguradoras a oferecerem novos produtos de Seguro Rural e a diminuir o valor dos prêmios para os produtores rurais.

O projeto de lei que prevê a criação do Fundo de Catástrofe também traz perspectivas de crescimento para o setor. A proposição encontra-se na Casa Civil para encaminhamento ao Congresso Nacional. Elaborado em conjunto com o Ministério da Fazenda, o objetivo do Fundo é oferecer um resseguro suplementar a ser utilizado pelas seguradoras e resseguradoras no pagamento de parte dos sinistros decorrentes de eventos climáticos classificados como catastróficos. (Katja Polisseni)

**Seguro rural – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 18/01/2008**

O Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural cresceu 95% no ano passado, com comprometimento de R\$ 60,9 milhões. O montante aplicado pelo governo dá cobertura para 2,3 milhões de hectares e garante capital de R\$ 2,7 bilhões. As principais culturas beneficiadas pelo seguro rural foram soja (46%) e maçã (18%).



**Governo planeja melhorias para alavancar seguro rural no Brasil** - Fernando Lopes – Valor Econômico – Agronegócios - 18/01/2008

O Ministério da Agricultura analisa com o IBGE e com a iniciativa privada mudanças nos cálculos de produtividade levados em conta no programa federal de subvenção ao prêmio do seguro rural. Considerada distorcida sobretudo por produtores que investem mais em tecnologia nas lavouras, que se julgam prejudicados, a fórmula atual é apontada como um dos entraves para a consolidação desta ferramenta de apoio no Brasil.

O fato é que, hoje, as apólices contratadas com subvenção oficial contemplam a produtividade média municipal calculada pelo IBGE com base nas cinco últimas safras. O critério admite diferenças regionais, mas não contempla a possibilidade de, em um mesmo raio, haver agricultores menores, com menos recursos para investir, e outros com tecnologia de ponta e, conseqüentemente, mais produtivos.

"Para esses produtores, é como fazer o seguro de um automóvel de luxo e só receber, em caso de sinistro, o valor de um carro popular", compara Pedro Loyola, economista do departamento técnico-econômico da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep). "O [programa federal] do seguro rural avançou, mas precisa de adequações. Como está, não decola".

Ele ilustra sua preocupação com um caso hipotético em Pato Branco, no extremo sul paranaense, onde a produtividade máxima esperada para o milho é de 7,57 mil quilos por hectare. A cobertura máxima disponível para a contratação de seguro na região é de 70% de uma produtividade média estimada pelo IBGE em 5,3 mil quilos por hectare, e a taxa de prêmio ao produtor, já com a subvenção, chega a 2,21%.

Ali, o agricultor teria direito a acionar sua apólice para ser ressarcido em caso de perdas superiores a 30% da produtividade máxima esperada (7,57 mil quilos por hectare). Se o produtor em questão esperar para as suas terras produtividade de 9 mil quilos de milho por hectare, a perda necessária para que ele possa acionar o seguro será, na verdade, de 41%. Segundo o raciocínio de Loyola, uma perda dessa ordem enquadra-se praticamente na categoria "catástrofes".

Segundo Welington Soares de Almeida, diretor do departamento de gestão de risco rural do Ministério da Agricultura, o governo está atento a esse tipo de distorções e já iniciou gestões junto ao IBGE para depurar a metodologia de cálculo de produtividade para efeito de contratação de seguro rural com subsídio federal. Ele lembra que já houve um pequeno avanço com a redução do número de anos levados em conta para a média - de dez para cinco -, mas concorda que é preciso melhorar as regras em vigor para atrair mais clientes.

"Já conversamos com o IBGE sobre isso no fim de 2007 e retomaremos as discussões mudar o indicador de produtividade. Isso não foi feito antes porque não havia demanda suficiente", afirma Almeida. O cálculo atual não só não diferencia as produtividades dos chamados "produtores empresariais" como inclui agricultores familiares, que normalmente puxam a média para baixo. O diretor do ministério acredita que a primeira mudança que deverá acontecer é a exclusão dos familiares do cálculo. Depois, a idéia é estabelecer três faixas de produtividade (baixa, média e alta) para os empresariais.

"Para a agricultura familiar, temos o Proagro Mais, do Pronaf, que é um seguro público com condições favoráveis. A taxa de prêmio, por exemplo, é de 2% para qualquer cultura plantada em qualquer região do país. Além disso, a ferramenta garante o crédito tomado e uma renda de até R\$ 1,8 mil por safra", explica. No seguro rural privado, alvo do

programa de subvenção do governo, as taxas podem chegar a 17% ou 18%, como ocorre para o milho safrinha, cujo risco é extremamente elevado.

Almeida esclarece, ainda, que esta revisão da metodologia de cálculo é importante porque é com base nas estatísticas do IBGE que as resseguradoras que operam no segmento não aprovam negócios que não sejam baseados nos números oficiais. E aqui está um problema do passado que parece melhor resolvido. Com o fim do monopólio do resseguro no país, grandes grupos estrangeiros passaram a se interessar pelo seguro rural brasileiro. Atualmente já são sete operando no ramo, além do ex-monopolista IRB.

Do lado da oferta do seguro, outro entrave que já deveria ter sido solucionado, conforme produtores, é a criação do Fundo de Catástrofe, que substituirá o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural. Este, atualmente com cerca de R\$ 300 milhões, teoricamente é a saída que as seguradoras com operações rurais têm para recompor perdas em caso de elevada sinistralidade. Mas se trata de um fundo público, e a liberação de seus recursos normalmente esbarra em burocracia e desgastantes negociações políticas. Uma lei complementar que prevê a "troca" está na Casa Civil e deverá ser enviada em breve para o Congresso, segundo Almeida. Para driblar os freios atuais, a idéia ainda em discussão entre os Ministério da Agricultura e da Fazenda, e que envolvem seguradoras e resseguradoras, é que o novo "fundo" não seja um fundo e que não seja público, ainda que conte com um novo tipo de subvenção a ser criada pelo governo.

Apesar de defender melhorias, Almeida mostrou-se feliz com os resultados do programa em 2007. Como divulgou ontem (dia 17) o ministério, foram comprometidos R\$ 61 milhões em subvenções (havia R\$ 99,5 milhões à disposição), o dobro que em 2006, e a importância segurada chegou a R\$ 2,7 bilhões. Para este ano, o ministério pediu R\$ 200 milhões, mas considera R\$ 120 milhões um montante razoável. "O importante é que o programa tenha continuidade".

### **Pronaf completa 13 anos em 2008 – Sitio Eletrônico do MDA - 22/01/2008**

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) completa 13 anos em 2008, possibilitando aos agricultores familiares brasileiros o acesso ao crédito rural. Em entrevista, o secretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), Adoniran Sanches Peraci, analisa os avanços do Pronaf que hoje possui dois milhões de contratos e as medidas que o governo vem tomado para diminuir a inadimplência.

Ascom/MDA: Desde quando o Pronaf está ajudando as famílias agricultoras?

Peraci: Este ano, o Pronaf completa 13 anos. O programa foi criado em 1995. Nos anos 90, havia uma crítica de que tínhamos uma agricultura pequena e precisávamos de um apoio diferenciado. O Pronaf nasceu justamente como um programa de Crédito Rural para favorecer estas famílias.

Ascom/MDA: São quantas famílias hoje beneficiadas pelo Programa?

Peraci: Hoje, dentro do Programa, estamos celebrando dois milhões de contratos, mas o sistema de agricultores familiares no país engloba quatro milhões. Então, estamos cobrindo 50% dos estabelecimentos familiares. Temos uma meta para os próximos três anos de governo de alcançar 80% destes estabelecimentos.

Ascom/MDA: Nos últimos anos cresceu o número de inadimplentes. Por que isso está ocorrendo? E o que o governo tem feito para melhorar estes números?

Peraci: A agricultura, naturalmente, é uma atividade de risco. Todo o sistema de agricultura, seja comercial ou familiar, sofreu muito com as secas de 2003/2004 e 2004/2005 e, mesmo em 2006 colhendo bem, tivemos sérios problemas de preços. Colheu-se bem, mas vendeu-se mal. Foram, então, três anos consecutivos. O governo, na época, fez sucessivas prorrogações, que venceram no ano de 2007. É por isso que, agora, está em elaboração pelos ministérios da Fazenda (MF), Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Desenvolvimento Agrário (MDA) uma proposta para resolver o problema do endividamento do setor. Dentro do Pronaf, especificamente, temos dois milhões de contratos, dos quais 14% têm problema de atrasos e regularidade de pagamentos.

Ascom/MA: Quantos estão inadimplentes?

Peraci: Estes 14% do universo de dois milhões de agricultores familiares com contratos do Pronaf representam 280 mil famílias que estão com atraso na regularidade de seus pagamentos. Tem-se concentração maior nas operações de menor valor (grupo B Norte e Nordeste) e nas operações do grupo A.

Ascom/MDA: O banco não tem prejuízo?

Peraci: Tanto o banco quanto o governo federal, pois as fontes que financiam o sistema de agricultura podem vir do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da poupança rural. Este dinheiro que o banco 'toma emprestado' e apresenta aos agricultores familiares, quando não 'volta', o banco tem que devolver a estes fundos. O agente financeiro é penalizado e todo o sistema também, pois estas 280 mil famílias do Pronaf que estão inadimplentes terão problemas para acessar um novo crédito. É ruim para todos. Por isso, a preocupação do governo em fechar uma negociação boa e resolver o problema para que estes agricultores voltem a produzir.

Ascom/MDA: A SAF/MDA publicou, em dezembro, uma portaria sobre a inadimplência determinando a suspensão dos empréstimos. Como funciona?

Peraci: Esta portaria é importante. Foi nos dada a competência, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), para gerenciar a qualidade das operações do grupo B do Pronaf de até R\$ 1.500,00, ou seja, pequenos empréstimos, o microcrédito rural. Estes estão concentrados em grande parte no Nordeste, onde sofreram mais com a seca, onde o custo para a cobrança do empréstimo é muitas vezes maior do que o valor propriamente emprestado. A portaria que publicamos em dezembro de 2007 orienta os prefeitos e os conselhos municipais de desenvolvimento rural para que desenvolvam um plano municipal de recuperação e apresentem aos bancos do Nordeste (BNB), basicamente, e do Brasil (BB), para que volte à normalidade a questão dos pagamentos. São dados prazos para que os agricultores familiares voltem a pagar. Como é um valor relativamente pequeno por família - subsidiado a 1% e com 25% de rebate -, nós acreditamos que, com a retomada dos pagamentos, o bom conhecimento no âmbito municipal, a ajuda da extensão rural e dos prefeitos, em seis, sete meses, metade desta inadimplência será resolvida.

Ascom/MDA: Qual o critério usado para suspender o pagamento de quem está inadimplente?

Peraci: No âmbito destas pequenas operações do Pronaf, com forte concentração no Grupo B, microcrédito rural no Nordeste, usamos como critério o valor acima de 15% de inadimplência, para que estejam suspensas as operações do Pronaf naquele município. Lembramos que, mesmo neste município com inadimplência acima de 15%, para aqueles agricultores que pegaram crédito e pagaram, as operações continuam normalmente. O que não crescerá naquele município é o tamanho dos empréstimos. Por exemplo, se são mil

contratos em um determinado município com inadimplência de agricultores, a localidade continuará com estes mil contratos até que aqueles que não pagaram efetuem o pagamento e, assim, 'abram' todo o sistema do município.

Ascom/MDA: Este problema da inadimplência compromete o futuro do Pronaf?

Peraci: Não compromete porque crise de endividamento na agricultura brasileira é, digamos, comum, por conta da agricultura ser uma atividade de risco. Por isso, quando os agricultores enfrentam problemas, eles sinalizam: 'governo, não estou conseguindo pagar, colhi bem, mas não estou conseguindo cobrir meus custos, pois os preços estão baixos'. Por isso, é um setor que temos que olhar com atenção, prorrogar, às vezes, temos que conceder bônus. Mas, o importante é que o governo, nos últimos quatro anos, em todo o sistema de agricultura, estabeleceu um sistema de seguro de risco climático. Por exemplo, a grande seca que ocorreu em 2003/2004; os contratos do Pronaf foram assegurados por um sistema de seguro (Seguro da Agricultura Familiar – SEAF), no qual aplicamos R\$ 1,8 bilhões. Hoje, estes contratos do Sul do País que sofreram com aquela seca não têm problema. Agora, temos também o seguro de preços (Programa de Garantia de Preços na Agricultura Familiar – PGPFAF). Todos os contratos do Pronaf, em milho, por exemplo, estão indexados em R\$ 14,40. Se o preço for abaixo disso, o programa entra com um bônus. Acredito que nos próximos dois anos, com a universalização destas políticas, o Brasil deva descartar o fator dívida de todo o sistema.

Ascom/MDA: Como o agricultor pode contornar a dívida para continuar acessando o Pronaf?

Peraci: Esta é a preocupação do governo federal. Estes dois milhões que acessam o Pronaf têm conforto de prazos ou bônus de pagamento. Por exemplo, nos investimentos Pronaf, o agricultor que pagar em dia, dentro da data de seu vencimento, que vai até julho deste ano, tem a manutenção dos juros em 2% e um bônus que, no grupo C, é de R\$ 700,00, mais um bônus de 18% para quem pagar em dia. São estas equalizações que o governo apresenta para facilitar a manutenção, 'em dia', dos créditos dos agricultores.

### **Secretário do MDA fala sobre os 13 anos do Pronaf – Sítio Eletrônico da Contag - 23/01/2008**

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) completa 13 anos em 2008, possibilitando aos agricultores familiares brasileiros o acesso ao crédito rural. Em entrevista, o secretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), Adoniran Sanches Peraci, analisa os avanços do Pronaf e as medidas que o governo vem tomando para diminuir a inadimplência.

Quantas famílias são beneficiadas pelo Programa?

Peraci: Hoje, estamos celebrando dois milhões de contratos, mas o sistema de agricultores familiares no país engloba quatro milhões. Então, estamos cobrindo 50% dos estabelecimentos familiares. Temos uma meta para os próximos três anos de governo de alcançar 80% destes estabelecimentos.

Nos últimos anos cresceu o número de inadimplentes. Por que isso está ocorrendo e o que o governo tem feito para melhorar estes números?

Peraci: A agricultura, naturalmente, é uma atividade de risco. Todo o sistema de agricultura, seja comercial ou familiar, sofreu muito com as secas de 2003/2004 e 2004/2005 e, mesmo em 2006 colhendo bem, tivemos sérios problemas de preços. Colheu-se bem, mas vendeu-se mal. Foram, então, três anos consecutivos. O governo, na época, fez sucessivas prorrogações, que venceram no ano de 2007. É por isso que, agora, está em elaboração pelos ministérios da Fazenda (MF), Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Desenvolvimento Agrário (MDA) uma proposta para resolver o problema do endividamento do setor. Dentro do Pronaf, especificamente, temos dois milhões de contratos, dos quais 14% têm problema de atrasos e regularidade de pagamentos.

Quantos estão inadimplentes?

Peraci: Estes 14% do universo de dois milhões de agricultores familiares com contratos do Pronaf representam 280 mil famílias que estão com atraso na regularidade de seus pagamentos. Tem-se concentração maior nas operações de menor valor (grupo B Norte e Nordeste) e nas operações do grupo A.

A SAF/MDA publicou, em dezembro, uma portaria sobre a inadimplência determinando a suspensão dos empréstimos. Como funciona?

Peraci: Esta portaria é importante. Foi nos dada a competência, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), para gerenciar a qualidade das operações do grupo B do Pronaf de até R\$ 1,5 mil, ou seja, pequenos empréstimos, o microcrédito rural. Estes estão concentrados em grande parte no Nordeste, onde sofreram mais com a seca, onde o custo para a cobrança do empréstimo é muitas vezes maior do que o valor propriamente emprestado. A portaria que publicamos em dezembro de 2007 orienta os prefeitos e os conselhos municipais de desenvolvimento rural para que desenvolvam um plano municipal de recuperação e apresentem aos bancos do Nordeste (BNB), basicamente, e bancos do Brasil (BB), para que volte à normalidade a questão dos pagamentos. São dados prazos para que os agricultores familiares voltem a pagar. Como é um valor relativamente pequeno por família - subsidiado a 1% e com 25% de rebate -, nós acreditamos que, com a retomada dos pagamentos, o bom conhecimento no âmbito municipal, a ajuda da extensão rural e dos prefeitos, em seis, sete meses, metade desta inadimplência será resolvida.

Qual o critério usado para suspender o pagamento de quem está inadimplente?

Peraci: No âmbito destas pequenas operações do Pronaf, com forte concentração no Grupo B, microcrédito rural no Nordeste, usamos como critério o valor acima de 15% de inadimplência, para que estejam suspensas as operações do Pronaf naquele município. Lembramos que, mesmo neste município com inadimplência acima de 15%, para aqueles agricultores que pegaram crédito e pagaram, as operações continuam normalmente. O que não crescerá naquele município é o tamanho dos empréstimos. Por exemplo, se são mil contratos em um determinado município com inadimplência de agricultores, a localidade

continuará com estes mil contratos até que aqueles que não pagaram efetuem o pagamento e, assim, "abram" todo o sistema do município.

Este problema da inadimplência compromete o futuro do Pronaf?

Peraci: Não compromete porque crise de endividamento na agricultura brasileira é, digamos, comum, por conta da agricultura ser uma atividade de risco. Por isso, quando os agricultores enfrentam problemas, eles sinalizam: "governo, não estou conseguindo pagar, colhi bem, mas não estou conseguindo cobrir meus custos, pois os preços estão baixos". Por isso, é um setor que temos que olhar com atenção, prorrogar, às vezes, temos que conceder bônus. Acredito que nos próximos dois anos, com a universalização de políticas de seguro, o Brasil deva descartar o fator dívida de todo o sistema.

Como o agricultor pode contornar a dívida para continuar acessando o Pronaf?

Peraci: Esta é a preocupação do governo federal. Estes dois milhões que acessam o Pronaf têm conforto de prazos ou bônus de pagamento. Por exemplo, nos investimentos Pronaf, o agricultor que pagar em dia, dentro da data de seu vencimento, que vai até julho deste ano, tem a manutenção dos juros em 2% e um bônus que, no grupo C, é de R\$ 700,00, mais um bônus de 18% para quem pagar em dia. São estas equalizações que o governo apresenta para facilitar a manutenção, "em dia", dos créditos dos agricultores.  
**\*Fonte: SAF/MDA**

### **Mapa pede prorrogação de prazo para liquidação de dívida rural** - Sítio Eletrônico da CNA – 24/01/2008

O prazo para pagamento de dívidas rurais com liquidação prevista entre janeiro e março poderá ser prorrogado. A prorrogação até o mês de março foi solicitada pelo ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, em reunião com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, nesta quinta-feira (24/01), em Brasília. A discussão envolveu, ainda, o ministro de Relações Institucionais, Múcio Bezerra; o presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, Marcos Montes; e os secretários de Política Agrícola do Mapa, Edilson Guimarães, e de Política Econômica da Fazenda, Bernardo Appy. Nova reunião entre o grupo deve acontecer na próxima segunda-feira (28/01).

A proposta, com o novo prazo, é para que os produtores rurais regularizem seus compromissos junto aos agentes financeiros, em créditos para operações de investimento e custeio, que vencem até março, nas condições já estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Segundo o ministro Reinhold Stephanes, o prazo coincide com a data-limite para a conclusão das negociações sobre o endividamento rural que vêm sendo tratadas entre os ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário e da Fazenda, com participação de representantes das comissões de Agricultura no Congresso Nacional e lideranças do setor produtivo.

## **MAPA PEDE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA LIQUIDAÇÃO DE DÍVIDA RURAL QUE VENCE ATÉ MARÇO – Sítio Eletrônico do MAPA – 24/01/2008**

**Brasília (24.1.2008)** - O prazo para pagamento de dívidas rurais com liquidação prevista entre janeiro e março poderá ser prorrogado. A prorrogação foi solicitada pelo ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, em reunião com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, nesta quinta-feira (24), em Brasília. A discussão envolveu, ainda, o ministro de Relações Institucionais, José Múcio Monteiro; o presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, Marcos Montes; e os secretários de Política Agrícola do Mapa, Edilson Guimarães e de Política Econômica da Fazenda, Bernardo Apy. Nova reunião entre o grupo deve acontecer na próxima segunda-feira (28).

A proposta, com o novo prazo, é para que os produtores rurais regularizem seus compromissos junto aos agentes financeiros, em créditos para operações de investimento e custeio, que vencem até março, nas condições já estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Segundo o ministro Reinhold Stephanes, o prazo coincide com a data-limite para a conclusão das negociações sobre o endividamento rural, que vêm sendo tratadas entre os ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário e da Fazenda com participação de representantes das comissões de Agricultura no Congresso Nacional e lideranças do setor produtivo. *(Da Redação)*

### **Bancos oficiais não poderão dar crédito a fazendeiro que desmata - Tânia Monteiro, João Domingos e Leonencio Nossa – Estado de São Paulo – Vida & - 25/01/2008**

Em reunião ministerial, Lula determinou que quem comprar ou transportar produto deles será responsabilizado

Diante do aumento da área desmatada na Amazônia de agosto a dezembro de 2007, o governo anunciou ontem que os bancos oficiais estão proibidos de financiar máquinas e plantio de safra das propriedades que tenham feito derrubada ilegal da floresta. Haverá também o bloqueio das fazendas envolvidas no crime ambiental. E vão responder solidariamente os que comprarem ou transportarem produtos de quem derrubou a mata.

#### [Veja mais sobre Amazônia](#)

Após reunião emergencial com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, divulgou uma lista de 36 municípios campeões em desmatamento - 19 em Mato Grosso, 12 no Pará, 4 em Rondônia e 1 no Amazonas. A Polícia Federal iniciará no dia 21 uma operação nesses locais. O Ministério da Agricultura também enviará equipes com a determinação de visitar as áreas desmatadas.

Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) colhidos por satélite, de agosto a dezembro de 2007 foram derrubados 3.233 quilômetros quadrados de floresta, 1.922 só em novembro e dezembro, quando normalmente o desmate é pequeno por

causa das chuvas. O Ministério do Meio Ambiente projetou o corte em 7 mil km<sup>2</sup>, o equivalente a 700 mil campos de futebol.

O governo estima ter bloqueado no ano passado 234 mil hectares de propriedades envolvidas em desmatamentos ilegais. Marina disse que decreto assinado pelo presidente no dia 21 de dezembro vai tornar mais ágil o processo de embargo das terras.

Uma portaria regulamentando o decreto deve ser publicada hoje no Diário Oficial, com detalhes de bloqueios e regras de proibição de créditos. Também está proibida autorização de desmate nos 36 municípios da lista de maior derrubada. O campeão é São Félix do Xingu, seguido de Cumaru do Norte, no Pará. O desmatamento em Marcelândia, Querência e Colniza, em Mato Grosso, também foi alto.

Segundo um ministro, Lula teria exigido que as ações punitivas surtam efeito rapidamente. Em junho, ele quer anunciar ao mundo que o desmatamento na Amazônia caiu graças a ações de seu governo. Até a notícia negativa de anteontem, o governo vinha se gabando de que as derrubadas estavam sob controle. Em dezembro, as equipes brasileiras que participaram da 13ª Conferência da Convenção do Clima, em Bali, na Indonésia, anunciaram que houvera redução no desmate da floresta.

Além de Lula e Marina, estavam na reunião os ministros Tarso Genro (Justiça), Dilma Rousseff (Casa Civil), Reinhold Stephanes (Agricultura), Nelson Jobim (Defesa), Sérgio Resende (Ciência e Tecnologia) e Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário), além do diretor da Polícia Federal, Luiz Fernando Correia. No início da entrevista para confirmar as medidas anunciadas em dezembro e rebater críticas, Marina teve a ajuda de Genro, Stephanes e Correia. Os três, porém, depois deixaram a ministra sozinha diante de um pelotão de jornalistas de veículos nacionais e correspondentes estrangeiros.

A ministra disse que todas as “ferramentas” estão sendo usadas com rigor pelo governo para combater o problema. “Não é verdade que as pessoas estejam paradas”, disse. “É possível que exista alguém que torça para que não dar certo.” Ao lado dela, o secretário-executivo do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, disse que não era correto afirmar, com os números dos cinco últimos meses de 2007, que há um aumento no desmatamento na Amazônia.

Para ele, é preciso levar em conta o balanço de agosto, quando se saberá se a queda verificada nos três anos anteriores será mantida. “A orientação clara do presidente é impedir que esse aumento não se mantenha.”



**Por apoio no Congresso, governo renegocia dívidas com ruralistas** – Luciana Otoni –  
Folha de São Paulo – Brasil – 25/01/2008

**Bancada quer aval da Fazenda para adiar o pagamento de R\$ 30 bilhões devidos até o final de março - Um dia após Lula pedir mais afinção de ministros para fortalecer sua base, Múcio diz que situação financeira do campo é assunto político**

Um dia depois de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pedir à sua equipe maior afinção política para evitar derrotas no Congresso, o ministro José Múcio (Relações Institucionais) começou a abrir espaço para que a bancada ruralista da Câmara e Senado obtenha da área econômica aval para que agricultores e pecuaristas adiem o pagamento de parte da dívida agrícola estimada em R\$ 140 bilhões, 70% mantida junto ao Banco do Brasil.

"O governo está sendo sensível. O pleito é justo e havia acerto para que houvesse renegociação dos débitos vencidos até 31 de dezembro", disse Múcio. "É uma questão política e um pleito técnico." A estratégia é tratar uma questão econômica, que envolve o retorno aos cofres públicos de verbas usadas para empréstimo, como assunto político. "O que o ministro Múcio coloca é uma situação política", disse o deputado Marcos Montes (DEM/ MG), presidente da Comissão de Agricultura da Câmara.

Os ruralistas tentam fazer com que o ministro Mantega (Fazenda) adie o recebimento de cerca de R\$ 30 bilhões em débitos que vencem entre janeiro e o fim de março. Ele ficou de analisar o pedido e responder na próxima semana. Múcio, Montes e o ministro Reinhold Stephanes (Agricultura) se reuniram ontem com Mantega no Ministério da Fazenda. O encontro terminou por volta das 12h e não estava na agenda do ministro. As dívidas são provenientes de recursos que são emprestados pelo Banco do Brasil ou instituições financeiras que movimentam fundos constitucionais para plantio, compra de máquinas e armazenamento, por exemplo. Os juros são mais baixos que os de mercado e nos últimos financiamentos foram feitos a 6,75% ao ano. Também esse percentual deve ser objeto de negociação e ser fixado em nível mais baixo. A dívida engloba pequenos, médios e grandes agricultores e pecuaristas.

Em setembro passado, o governo já havia recorrido à renegociação da dívida do campo para aprovar na Câmara a prorrogação da CPMF. Segundo o Ministério da Agricultura, desde 1993 vêm ocorrendo rolagens sucessivas da dívida.

Levantamento feito em outubro do ano passado pela ONG Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos) mostrou que 116 deputados federais eram da bancada ruralista. Os ruralistas têm um peso fundamental para o governo, que tentará votar projetos importantes, como o que aumenta o IOF (Operações sobre Operações Financeiras) e a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido). A estimativa é que a elevação dos dois tributos gere uma receita adicional de R\$ 10 bilhões e alivie o ajuste que o governo vai ter que fazer por causa da perda da CPMF.

A renegociação da dívida faz parte da lista de reivindicações da base aliada. A intenção, conforme deixou claro o presidente Lula, é atender as negociações para evitar derrotas.

No Congresso, os sinais são de descontentamento entre 250 ruralistas, que viram a renegociação dos R\$ 140 bilhões que seria fechada em dezembro ser empurrada para o fim de março. "Sou deputado da oposição e tenho que ficar administrando a insatisfação de deputados, alguns da base aliada porque a revolta é total. A insatisfação é grande", disse Montes.

Ex-integrante da bancada ruralista, o ministro Stephanes procurou ressaltar que o acerto não envolve aporte de novos recursos. "Estamos apenas prorrogando o recebimento de uma dívida que existe", afirmou.

#### **Governo adia decisão sobre rolagem de dívida agrícola - Arnaldo Galvão – Valor Econômico – Agronegócios - 25/01/2008**

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, prometeu responder na segunda-feira ao pedido de rolagem de parte da dívida de produtores rurais que vence nos três primeiros meses deste ano. O valor envolvido, segundo o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, é de aproximadamente R\$ 40 bilhões.

Mantega, Stephanes, o ministro das Relações Institucionais, José Múcio, e o presidente da Comissão de Agricultura da Câmara, deputado Marcos Montes (DEM-MG), reuniram-se ontem para discutir o que fazer com o acordo firmado antes de o Senado derrubar a CPMF. No fim do ano passado, após a derrota, o governo tinha prometido uma solução para o fim de março. Mas os ruralistas argumentam que os produtores não podem ser considerados inadimplentes se não pagarem as parcelas que vencem em janeiro, fevereiro e março.

O momento político favorece a pressão dos ruralistas. Na quarta-feira, em longa reunião no Palácio do Planalto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva apelou aos ministros para que falem mais entre si e usem seu talento político para melhorar a relação com o Congresso. "O pleito é justo. Havia um acerto para as dívidas até 31 de dezembro, mas o governo, pela não aprovação da CPMF, entendeu que essa conversa teria de ser feita no final de março. É uma questão política e também um pleito técnico", analisou Múcio. Ele revelou que Mantega foi "sensível" e dará uma resposta na segunda-feira.

Apesar de ter saído do encontro sem uma definição, Montes disse ser "óbvio" o pedido de prorrogação das parcelas do primeiro trimestre porque tem relação direta com o que foi negociado no ano passado. "Há aspectos técnicos, mas o ministro Mantega pode fazer um ato político que vai fazer com que a bancada ruralista, de mais de 200 deputados, possa ter um discurso para a sua base. Atualmente, estão desmoralizados", alertou. O deputado ainda comentou que o agronegócio vai bem, mas o pequeno produtor vai mal e, em todo o mundo, o setor é subsidiado.

Stephanes esclareceu que o pedido não envolve recursos do Tesouro, mas prorroga uma dívida que existe, em sua maioria, para pequenos produtores. "Como a negociação foi prorrogada, seria correto manter o conceito que tinha sido estabelecido", defendeu.

Em reunião realizada em 20 de dezembro, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou a ampliação do prazo para oficializar a renegociação das dívidas rurais com programas de investimento, que venceram em 17 de dezembro. Por essas normas, os produtores teriam até 15 de fevereiro para quitar as dívidas. Entre janeiro e março, vencem dívidas de custeio e investimento e débitos antigos já prorrogados nos programas de securitização e saneamento de ativos (Pesa).

### **Crédito fácil do governo contribui com o desmatamento na Amazônia - João Domingos** – Estado de São Paulo – Vida & - 26/01/2008

Estudo do Imazon mostra que vários programas oficiais para pequenos e grandes produtores incentivaram avanço

As facilidades de crédito oferecidas pelo Banco da Amazônia (Basa) para o setor de pecuária, tanto para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) quanto para produtores maiores, contribuíram para o desmatamento da Amazônia nos últimos cinco meses. Estudo do cientista Paulo Barreto, pesquisador sênior do Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), indica que isso está ocorrendo porque o Pronaf empresta recursos em todo o Brasil a taxas de juros que variam de 1% a 4% ao ano, além de descontos de 40% sobre o principal para valores até R\$ 12 mil. A taxa básica de juros (Selic) fixada pelo Banco Central está em 11,25% ao ano.

O Pronaf oferece ainda bônus de 25% na taxa de juros de custeio para os pequenos agricultores que honram suas dívidas. Na Amazônia, esse dinheiro tem sido repassado com verbas do Fundo Constitucional do Norte Especial, destinado exclusivamente aos pequenos agricultores. Mas o Basa empresta também recursos do FNO para produtores rurais não familiares (FNO Normal) com taxas de juros subsidiadas - variando de 5% a 9%, conforme a escala do empreendimento. Esse mesmo fundo destinado a agricultores não familiares oferece ainda um desconto de 15% sobre os encargos financeiros para aqueles que pagam em dia suas dívidas.

De acordo com o estudo feito por Paulo Barreto, em 2006, dos R\$ 371 milhões emprestados para o setor de pecuária, R\$ 190 milhões (51%) foram para o Pronaf. Até outubro de 2007, dos R\$ 158 milhões destinados a esse mesmo setor, R\$ 105 milhões (66%) jorraram para a agricultura familiar. O Pronaf é um dos principais programas do governo federal destinados às pequenas propriedades. Surgiu há 13 anos e foi muito valorizado durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que aumentou as facilidades para o acesso a seus recursos.

Outros estudos do Imazon indicam que a influência do crédito fácil está ocorrendo na derrubada da floresta. Na Transamazônica, pequenos produtores em assentamentos rurais - o que permite o acesso ao FNO Especial - desmataram mais que aqueles fora dos

assentamentos e sem crédito. Outro estudo mostrou que a taxa de desmatamento em 343 assentamentos na Amazônia foi quatro vezes maior do que fora deles.

Conforme a ONG Amigos da Terra, em 2007 pela primeira vez a Amazônia Legal passou da marca dos 10 milhões de abates bovinos, com aumento de 46% em relação a 2004. O número significou 41% dos abates bovinos de todo o Brasil em 2007, frente a 34% em 2004. O rebanho bovino da Amazônia Legal é de cerca de 74 milhões, pouco mais de um terço, visto que o Brasil tem perto de 206 milhões de cabeças. Conforme a Amigos da Terra, de cada quatro cabeças adicionais de gado no Brasil nos últimos cinco anos, três têm origem na Amazônia.

Outro dado da Amigos da Terra dá conta de que um terço das exportações brasileiras de carne in natura em 2007 foi oriundo de exportação direta da Amazônia, principalmente de Mato Grosso, Pará, Rondônia e Tocantins. Em 2004, o Pará aumentou sua exportação direta em 7.800%, Rondônia em 1.350%, Mato Grosso em 360% e Tocantins em 150%. Existem ainda 200 abatedouros na região, sendo que só 87 têm registro do Serviço de Inspeção Federal do Ministério da Agricultura.

**JUROS BAIXOS** - Paulo Barreto mostra que as taxas de juros rurais na Amazônia estiveram muito abaixo das taxas de juros livres, que segundo o Banco Central variaram de dezembro de 2003 a dezembro de 2006 entre 26% e 34% ao ano para pessoas jurídicas, e 57% e 62% para pessoas físicas. Mesmo dentro do FNO Normal, as taxas de juros para o setor rural têm sido 23% mais baixas do que para os empreendimentos não rurais (7,25% a 11,5% ao ano de juros).

“Com essas condições atrativas, os pecuaristas receberam R\$ 1,89 bilhão de empréstimos entre 2003 e outubro de 2007, distribuídos em 14.500 contratos”, disse Barreto. Do total de recursos, 45% foram para pequenos produtores (FNO Especial) e 55% para produtores médios e grandes (FNO Normal). O pico de empréstimo ocorreu em 2004, ano de pico de desmatamento

Para Barreto, os empréstimos do Basa deveriam ser usados apenas para melhorar a qualidade e produtividade da pecuária, pois o FNO proíbe investimentos em áreas desmatadas. Mas, como o FNO constitui um subsídio, ele tende a aumentar o investimento nessa atividade mais do que o normal (usando taxas de juros de mercado).

“E pode até estimular indiretamente o desmatamento. Um fazendeiro pode desmatar novas áreas sem empréstimo, pois sabe que obterá bons rendimentos usando o empréstimo subsidiado para comprar o rebanho”, diz Barreto.

**EXPLICAÇÕES** - Para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o crédito fácil do Pronaf não estimula atividades que possam vir a causar danos ambientais. Em nota ao Estado, o MDA afirmou que o programa, criado há 13 anos, incentiva as práticas sustentáveis. “Em 2002, foi criada linha especial de crédito, Pronaf Floresta, que tem finalidade estritamente ambiental, incentivando projetos de sistemas agroflorestais, exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo e manejo florestal”, afirma o ministério. “Não há como relacionar o aumento das operações do Pronaf nos

Estados da Amazônia Legal nos últimos cinco anos e o avanço do desmatamento verificado nos últimos meses.”

“Entre 2005 e 2006, registrou-se um crescimento de 17% no valor aplicado (no Pronaf) e 26% nos contratos na região. Em 2007, as aplicações de crédito tiveram queda sensível de 45% no volume financiado e 40% no número de contratos - passando de R\$ 1,3 bilhão (233.814 contratos) em 2006 para R\$ 829 milhões (141 mil contratos) em 2007. No período em que o Pronaf crescia, o desmatamento caía. E, quando o desmatamento cresceu, as operações de Pronaf caíram, o oposto do que afirma o Imazon”, afirma o ministério.

**Esclarecimentos sobre dívidas rurais** – Sitio eletrônico da CNA – 28/01/2008  
Em reunião na última sexta-feira (25/01), realizada a pedido da vice-presidente de Secretaria da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu (DEM-TO), o vice-presidente de Varejo e Distribuição do Banco do Brasil, Milton Luciano dos Santos, esclareceu alguns pontos relacionados às dívidas dos produtores rurais:

**1. Operações de Investimento com recursos do BNDES:** As parcelas de investimento vencidas em 2007, que tinham prazo para renegociação em 17 de dezembro de 2007, foram prorrogadas em condições de normalidade até 15 de fevereiro de 2008 (Resolução 3.523 do Conselho Monetário Nacional (CMN), de 20 de dezembro de 2007). Assim, até esta data, o produtor rural poderá optar por pagar parte da parcela com direito a bônus e prorrogar o restante para o primeiro ano subsequente ao vencimento da última parcela do contrato, ou propor a prorrogação de 100% da parcela para o primeiro ano subsequente ao vencimento da última parcela do contrato, sendo que, neste caso, perde o direito ao bônus e depende de análise caso a caso.

**Observação:** As parcelas de investimento vencidas e vincendas em 2008 não estão amparadas pela Resolução CMN 3523. Estas parcelas precisam de normativo específico para que sejam prorrogadas.

**2. Operações de custeio – renegociação de operações das safras 2003/04 a 2005/06:** o prazo definido na Resolução CMN 3.500 expirou em 30 de outubro de 2007. Nesta resolução foi permitida prorrogação do pagamento dos valores das parcelas vencidas em 2007 para um ano após o vencimento do contrato de custeio. As parcelas vencíveis nos anos posteriores, incluindo aquelas que vencem em 2008, não foram prorrogadas. O produtor rural que apresentar incapacidade de pagamento de parcelas de dívidas de custeio deve procurar a instituição financeira propondo renegociação com base no Manual de Crédito Rural (MCR) 2.6.9, dependendo de análise caso a caso. O Grupo de Trabalho constituído por parlamentares e órgãos de classe não conseguiu ainda condições mais vantajosas para renegociação destas dívidas.

**3. Dívidas com recursos dos Fundos Constitucionais:** foram prorrogadas, dispensando-se a análise caso a caso, no que se refere às culturas de arroz, milho, soja, trigo e feijão. Em

relação à pecuária no Centro-Oeste, o Banco do Brasil está prorrogando, com a dispensa da análise caso a caso, os custeios e investimentos cuja atividade principal seja a pecuária. Para as demais regiões, a análise é caso a caso, conforme dispõe o MCR 2-6-9.

**4. As dívidas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)**, tais como FAT Integrar e FAT Giro Rural, não foram favorecidas com mecanismos de renegociação.

**5. Securitização e Pesa:** as parcelas vencidas em 2007 não foram prorrogadas.

#### **Banco do Nordeste cria superintendência para agricultura familiar** – Sítio Eletrônico da Contag - 29/01/2008

O Banco do Nordeste declara-se o primeiro banco estatal a contar com uma superintendência específica para atender a agricultura familiar. A Superintendência de Agricultura Familiar e Programas de Crédito Fundiário foi criada com a intenção de centralizar o gerenciamento dos diversos programas, como o Pronaf e Agroamigo, dentre outros. Assume como superintendente Luís Sérgio Farias Machado. Ele terá pela frente uma carteira ativa no Pronaf de R\$ 4,5 bilhões. Isto é algo como 30% do ativo do Banco referente ao setor rural. Entre 2003 e 2007, o crescimento declarado pelo Banco na quantidade de financiamentos foi de 180%. Já no volume de financiamentos foi de alegados 269%. Para 2008, meta de aplicação de R\$ 1,3 bilhão. \***Fonte:** O Povo-CE

#### **Microcrédito: o mistério nordestino** – Marcelo Cortes Néri – Valor Econômico – Opinião - 29/01/2008

Apesar do crescimento recente, o volume relativo de crédito no Brasil é inferior ao de países com níveis similares de renda, além de apresentar baixa qualidade dos empréstimos, uma vez que o mercado de crédito brasileiro privilegia mais o consumidor do que o produtor, os empréstimos são mais de curto do que de longo prazo, e atingem mais a alta do que a baixa renda. E, finalmente, quando o evento raro de cessão de empréstimos ocorre, ele se dá a taxas altas, seja pela alta taxa básica de juros (Selic) como pelo alto spread financeiro envolvido nas taxas de empréstimos. A inanição creditícia pode ser sintetizada no que Vega-Gonzalez, especialista internacional em microcrédito, denominou durante palestra proferida no BNDES em 1997 de "mistério brasileiro": por que o microcrédito pouco se desenvolveu no Brasil? De lá para cá houve iniciativas de microcrédito a diversos níveis de governo e da sociedade. Entretanto, o processamento dos dados públicos da Economia Informal (ECINF) produzida com maestria pelo IBGE, indica que o percentual de nano empresas urbanas (de conta-próprias até as com cinco empregados) com crédito se manteve estagnado entre as duas últimas edições da pesquisa em 1997 e 2003. Ou seja, o "mistério brasileiro" persistiria.

---

## **Por que há mais microcrédito no Nordeste? Titulação? Transferência de renda? A chave do mistério nordestino está no colateral social do CrediAmigo**

---

Por outro lado, a mesma ECINF demonstra um crescimento diferenciado no Nordeste urbano do crédito produtivo popular aqui definido como unidades de contábeis próprias ou empregadores. Nestas unidades a captação de empréstimos nos três meses anteriores a pesquisa passa de 3,97% para 6,27%, enquanto nas outras áreas urbanas brasileiras passa de 5,34% para 5,99%. O uso de metodologia de diferenças em diferenças controlada pelas características sócio-demográficas dos empresários e dos atributos de seus negócios, envolvendo uma série de medidas de acesso a crédito produtivo urbano indica resultado robusto de crescimento mais forte no crédito no Nordeste, grupo de tratamento, do que no resto do país, grupo de controle. Crescimento este que elevou o uso efetivo do crédito entre os nano negócios nordestinos a níveis mais altos que os do resto do país. Agora, por que o crédito produtivo popular urbano, embora ainda em nível muito baixo, se desenvolveu mais no Nordeste do que em outras regiões do país? O que chamamos aqui de "o mistério nordestino".

Intriga o fato do crédito produtivo, serviço de luxo, prosperar mais no Nordeste, que era - e continua sendo, a área urbana mais pobre e informal do Brasil. Visitando quatro Estados do Peru avaliei os frutos de um programa de titulação fundiária promovendo em alguns casos - mas em outros não - boom de operações de microcrédito. Este programa foi proposto por Hernan de Soto nos anos 90, consolidando a tese do seu best-seller: "O Mistério do Capital" (o precursor da literatura de mistério na área financeira é sem dúvida o saudoso Stephen Goldfeld da Universidade de Princeton, autor do seminal "The Case of the Missing Money", publicado pela Brookings em 1973, que investiga as causas da superestimação da demanda de moeda americana, inspirado no personagem do detetive Poirot, então em voga nos romances de Agatha Christie). Segundo ele, a alta informalidade da propriedade implica deterioração da liquidez, do risco e do valor de mercado dos ativos dos pobres, uma espécie de capital morto. Seguindo o argumento de Soto, o reconhecimento formal do direito de propriedade dos pobres ressuscitaria o capital e o crédito. O problema aqui é que não observamos nenhum movimento de regularização fundiária urbana no Nordeste.

Observamos, é verdade, outro tipo de atuação diferenciada do Estado no Nordeste: a expansão de programas oficiais de transferência de renda. Isso nos leva a uma segunda linha de investigação: o efeito colateral - neste caso quase involuntário - da expansão de políticas de transferências de renda aquecendo transações monetárias nos mercados de produtos dos nano negócios, ao oferecer ao mesmo tempo a possibilidade de melhores garantias de empréstimos a partir de transferências sociais. Ou seja, o mistério nordestino poderia ser explicado pelo uso do fluxo de rendimentos futuros como alavanca de garantias para a concessão de empréstimos. Propomos esquema de colateralização de benefícios sociais em diversas ocasiões nesta coluna já em 2002. Entretanto, o grosso da expansão de benefícios sociais urbanos, assim como a possibilidade de consignação explícita, é mais recente do que o mistério nordestino - apesar de em franca expansão. Por outro lado, se a expansão de transferência de renda em áreas mais pobres talvez não ajude a resolver o mistério nordestino progressivo, ela abre uma agenda futura de políticas de natureza estrutural que buscam abrir as chamadas portas de saída da pobreza, combinando a assistência de programas como o Bolsa Família com a criação de oportunidades de acoplar

programas creditícios. Permitindo a cada um realizar suas oportunidades produtivas mais a altura de suas possibilidades.

Como a área urbana de cobertura da pesquisa ECINF corresponde à mesma área de atuação do CrediAmigo, associado ao Banco do Nordeste, e dada à importância relativa do programa em termos regionais e nacionais, os impactos do CrediAmigo no acesso a crédito, constitui suspeito pelo mistério nordestino. As evidências dos microdados da ENCIF não nos permitem rejeitar a hipótese do CrediAmigo que completa agora dez anos, como responsável-chave pelo crescimento diferenciado do microcrédito nas áreas urbanas mais pobres do país. Num certo sentido as buscas anteriores pelo lado do capital morto e das garantias sociais dos pobres é confirmada, pois o CrediAmigo usa a metodologia de colateral solidário que deu o Nobel da Paz de 2006 ao Grameen Bank e a seu fundador Muhamad Yunus. Mais recentemente, a invasão do segmento nordestino urbano de microcrédito por grandes bancos nacionais (Real) e estrangeiros (Azteca), usando metodologia similar a do CrediAmigo, consolida nossas suspeitas acerca do mistério nordestino. Todas essas evidências mais a fatia de 60% do mercado nacional de microcrédito direcionado do país é, mal comparando, como uma arma fumegante na mão do principal suspeito: o CrediAmigo. Elementar, meu caro leitor.

\*Marcelo Côrtes Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, é autor de "Retratos da Deficiência", "Cobertura Previdenciária: Diagnóstico e Propostas" e "Ensaio sociais".

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

**Assistentes de Pesquisa**

Karina Kato e Silvia Zimmermann

**Secretária**

Diva de Faria

**op**  
**pa** **Observatório de Políticas**  
**Públicas para a Agricultura**

**CPDA** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda

**Apoio**



**actionaid**



**NEAD**

Ministério do  
Desenvolvimento Agrário

